

## SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. ("Companhia"), que é domiciliada em Montes Claros - MG, foi constituída em 24 de novembro de 2005 e, em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), empresas privadas sediadas no Brasil e nos EUA, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas ("CTNM") e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. ("SI"), respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. ("SRPSA"), controladora da MMartan Têxtil Ltda ("MMartan").

A partir de 27 de julho de 2007, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação "SGPS3".

A Companhia controla a CSA e a SGUS, companhias que concentram suas atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela CTNM e pela SI. Essa associação criou um complexo operacional de produtos têxteis de cama e banho, com unidades de produção no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos e no México.

A Companhia também conta com fortes marcas, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Os produtos são comercializados nos Estados Unidos e Canadá pela Springs Global US, Inc. através de sua extensa rede de distribuição e proximidade comercial com os maiores varejistas daqueles mercados. No Brasil e na Argentina, os produtos são comercializados pela Coteminas S.A. e sua controlada Coteminas Argentina S.A.

Em abril de 2009, a Companhia iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e posteriormente, em agosto de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras são operadas pela controlada AMMO Varejo Ltda. ("AMMO").

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de novembro de 2014.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, elaboradas, simultaneamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração

Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e estão identificadas como "Consolidado".

As demonstrações contábeis intermediárias individuais, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e estão identificadas como "Controladora". Essas práticas diferem das IFRS (International Financial Reporting Standards), aplicável às demonstrações contábeis intermediárias separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 30 de setembro de 2014.

## 2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste acumulado de conversão" e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

## 2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e, juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a

variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrente de vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada período.

(n) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(o) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(p) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(q) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(r) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(t) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo

com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(w) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(x) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações contábeis intermediárias, "acionista controlador" representa todos os acionistas da Companhia e "não-controlador" representa a participação dos acionistas minoritários das controladas da Companhia.

### 2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

## 2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas CSA, AMMO e SGUS, das quais possui direta e indiretamente 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A. com 100% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); (iv) Charles D. Owen Mfg. Co. (Delaware, EUA); (v) Springmaid International, Inc. (Índia); (vi) Springs International Services, Inc. (Carolina do Sul, EUA); (vii) Sabre US, Inc. (Delaware, EUA), (viii) Espacio LLC (Delaware, EUA), todas com 100% de participação, e (ix) Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA), (x) Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (xi) Springs Brands, LLC (Delaware, EUA), (xii) Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman), (xiii) Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) todas com participação de 87,5%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não-controladores.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	2014	2013	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	2,3426	-
30 de setembro	2,4510	2,2300	9,9%
Taxa média:			
30 de setembro (3 meses)	2,3193	2,2976	0,9%
30 de setembro (9 meses)	2,2954	2,1355	7,5%

## 2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de



2014. Esses novos procedimentos não geraram efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Substituição de Contraparte em Operações de Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge – Alterações à Norma IAS 39	As alterações permitem que a contabilidade de hedge seja mantida quando houver substituição de contraparte nas operações de derivativos, desde que determinados critérios sejam atendidos.
Divulgações do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros – Alterações à norma IAS 36	As alterações restringem o requerimento de divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa apenas para períodos em que houver perda ou reversão de perda no valor recuperável dos ativos e expandem e esclarecem os requerimentos de divulgação aplicáveis quando o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa for determinado com base no valor justo menos os custos de venda do ativo ou unidade geradora de caixa.
Alterações à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Fornecer esclarecimentos sobre a aplicação das regras para compensação de ativos e passivos financeiros.
Entidades de Investimento – alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	As alterações às normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 introduzem o conceito de “Entidade de Investimento” nas IFRSs. As alterações estabelecem ainda uma exceção ao princípio geral de consolidação para Entidades de Investimento conforme a norma IFRS 10, introduzindo o requerimento de mensuração ao valor justo através do resultado de determinadas subsidiárias, em substituição à consolidação. Adicionalmente, as alterações determinam as divulgações requeridas para as entidades que atendem à definição de Entidade de Investimento.
Interpretação IFRIC 21 – Taxas	Fornecer orientações sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo ou entidade governamental, tanto para taxas que são contabilizadas de acordo com a norma IAS 37 quanto para aquelas em que há certeza com relação ao momento de contabilização e ao valor da taxa.

b) Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2014. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010) – Instrumentos Financeiros (*)	Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015.

Data Efetiva Mandatória e Divulgações de Transição – IFRS 9 e IFRS 7 (*)	Altera a data de aplicação da IFRS 9 para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 e altera os requerimentos de transição da IAS39 para a IFRS9.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 (IFRS9) e requerimentos de transição para adoção antecipada da IFRS9.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2010–2012 (*)	Alterações em diversas normas.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de julho de 2014.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2011–2013 (*)	Alterações em diversas normas.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de julho de 2014.
Alterações às normas IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39 – Contabilidade de Hedge (emitido em 19 de novembro de 2013) (*)	Alterações à norma IFRS 9 como parte do projeto de contabilização de instrumentos financeiros referente à fase de contabilização de hedge ( <i>“hedge accounting”</i> ). As alterações incluem: (1) a introdução de um novo modelo de hedge accounting, juntamente com determinados requerimentos de divulgação relacionados com a atividade de gerenciamento de riscos; (2) uma opção para as entidades reconhecerem as mudanças no valor justo dos passivos financeiros para os quais foi feita opção de mensuração ao valor justo em Outros Resultado Abrangentes ( <i>“OCI”</i> ) ao invés de resultado; e (3) eliminação da data mandatória de adoção, que era inicialmente 1º de janeiro de 2015, para permitir que o IASB conclua outros aspectos do projeto de contabilização dos instrumentos financeiros.	Não há data de adoção obrigatória.
Agricultura: Ativos Biológicos de Produção – Alterações às normas IAS 16 e 41 (emitido em 30 de junho de 2014) (*)	Alterações nas orientações para contabilização dos ativos biológicos de produção (bearer) que passam a ser incluídos no escopo da norma IAS 16 ao invés da norma IAS 41, em função da determinação pelo IASB de que “eles devem ser contabilizados da mesma forma que o imobilizado”.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitido em 28 de maio de 2014) (*)	A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
Alterações às normas IAS 16 e 38 – esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis para depreciação e amortização (emitido em 12 de maio de 2014) (*)	As alterações esclarecem que a determinação da depreciação e amortização com base nas receitas geradas pelas atividades que incluem o uso dos ativos não é apropriada, exceto em circunstâncias limitadas para os ativos intangíveis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à norma IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (emitido em 6 de maio de 2014) (*)	As alterações estabelecem que os princípios relevantes da norma IFRS 3 devem ser aplicados para a contabilização de aquisição de participações em operações em conjunto que constituem-se em um negócio.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios (emitido em 30 de janeiro de 2014) (*)	A norma permite que as entidades que adotarem as IFRSs pela primeira vez continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com as práticas contábeis anteriores à adoção, tanto na adoção inicial quanto em períodos subsequentes.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à norma IAS 19 – Planos de benefício definido: contribuições dos empregados (emitido em 21 de novembro de 2013) (*)	Alteram os requerimentos para o reconhecimento das contribuições feitas pelos empregados ou terceiros que estão vinculadas aos serviços.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 (*)	Alterações em diversas normas.	Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto — alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitidas em 11 de setembro de 2014) (*)	Alterações às normas IAS 28 e IFRS 10 para resolver uma inconsistência entre as orientações da IFRS 10 e da IAS 28 sobre a “venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto”. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer um ganho ou uma perda integralmente “quando uma transação envolver um negócio” e parcialmente “quando uma transação envolver um ativo que não constitua um negócio”.	Aplicáveis prospectivamente para as vendas ou contribuições de ativos ocorridas em exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais — alterações à IAS 27 (emitidas em 12 de agosto de 2014) (*)	Alterações à norma IAS 27 que permitem que as “entidades contabilizem os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas”. Espera-se que as alterações auxiliem algumas jurisdições a convergir suas demonstrações financeiras separadas às IFRSs, reduzindo os custos regulatórios, sem redução nas informações disponíveis aos investidores.	Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016. As alterações devem ser adotadas retrospectivamente de acordo com a IAS 8.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*)	IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros.	Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

(\*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Operações compromissadas (*)	-	-	88.380	9.468
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	2.902	1.676
Depósitos no exterior	-	-	44.566	51.979
Depósitos em contas correntes	174	46	14.961	18.468
	-----	-----	-----	-----
	174	46	150.809	81.591
	=====	=====	=====	=====

(\*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Depósito restrito (*)	1.247	1.192
	-----	-----
	1.247	1.192
	=====	=====

(\*) Em 30 de setembro de 2014, a controlada SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$509 mil (US\$509 mil em 31 de dezembro de 2013) na condição de “Compensating balance arrangement”.

### 5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Clientes no mercado interno	395.849	402.217
Clientes no mercado externo	99.067	104.306
Operadoras de cartão de crédito	11.699	19.247
Partes relacionadas – mercado interno	7.917	4.599
Partes relacionadas – mercado externo	1.549	1.312
	-----	-----
	516.081	531.681
Provisão para devedores duvidosos	(19.402)	(18.375)
	-----	-----
	496.679	513.306
	=====	=====

As vendas a prazo realizadas pelas lojas MMartan e Artex são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não diferem dos preços parcelados. Em 30 de setembro de 2014, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram de R\$14.030 (R\$20.862 em 31 de dezembro de 2013), com um prazo médio de 90 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$2.331 (R\$1.615 em 31 de dezembro de 2013) utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 75 dias (77 dias em 31 de dezembro de 2013). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 30 de setembro de 2014 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Saldo no início do período	(18.375)	(26.564)
Adições	(1.181)	(1.198)
Baixas	183	9.487
Variação cambial	(29)	(100)
	-----	-----
Saldo no final do período	(19.402)	(18.375)
	=====	=====

## 6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Matéria-prima e secundários	169.162	157.615
Produtos em elaboração	121.717	118.290
Produtos acabados	268.305	237.629
Peças de reposição	51.526	45.456
	-----	-----
	610.710	558.990
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas que, na avaliação da Administração, são consideradas suficientes para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e ou obsoletos. A movimentação da provisão é como segue:

	31.12.2013	Adições	Baixas	Variação cambial	30.09.2014
Matéria-prima e secundários	(2.421)	-	1.261	1	(1.159)
Produtos em elaboração	(455)	-	455	-	-
Produtos acabados	(881)	(415)	-	(63)	(1.359)
Peças de reposição	(1.577)	-	-	7	(1.570)
	<u>(5.334)</u>	<u>(415)</u>	<u>1.716</u>	<u>(55)</u>	<u>(4.088)</u>
	=====	=====	=====	=====	=====

## 7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

### a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (Controladora)	
				30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	30.09.2013
SGUS (1)	(35.720)	100,00	(3.853)	-	-	(3.853)	2.479
CSA	1.006.256	100,00	9.008	1.006.256	1.014.551	9.008	(18.181)
AMMO(2)	152.745	70,67	(32.147)	107.940	64.349	(30.919)	(37.406)
				<u>1.114.196</u>	<u>1.078.900</u>	<u>(25.764)</u>	<u>(53.108)</u>
				=====	=====	=====	=====

(1) O patrimônio líquido da controlada SGUS, em 30 de setembro de 2014, apresentava saldo de R\$35.720 credor (R\$30.426 em 31 de dezembro de 2013) e está apresentado como "Obrigações de controladas" no passivo não circulante.

(2) Em 31 de agosto de 2014, a CSA efetuou aporte de capital no valor de R\$47.153, utilizando-se parte dos créditos em aberto com a AMMO Varejo Ltda. ("AMMO") naquela data, passando a deter 29,33% de seu capital social.

A AMMO é controlada pela Companhia, a qual possui, em 30 de setembro de 2014, direta e indiretamente 100% de seu capital social.

b) Investimentos indiretos:

Investimento da SGUS

	Patrimônio líquido	Participação-%	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
			30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	30.09.2013
Warbird Corporation (Delaware, EUA)	112.511	100,00	112.511	104.619	2.920	2.885
Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México) (1)	10.402	100,00	10.402	9.113	133	944
Casa Springs S.A. de C.V. (México) (1)	6.280	100,00	6.280	8.563	(168)	925
Charles D. Owen Mfg. Co. (Delaware, EUA)	63.717	100,00	63.717	70.241	(1.813)	(478)
Springmaid International, Inc. (Índia)	4.071	100,00	4.071	3.376	195	(130)
Springs International Services Inc. (Carolina do Sul, EUA)	(665)	100,00	(665)	(580)	-	(2)
Sabre US, Inc. (Delaware, EUA)	84.022	100,00	84.022	72.992	4.164	4.668
Espacio LLC (Delaware, EUA) (2)	42	100,00	42	1.124	-	(56)
Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA)	24.510	87,50	21.446	20.498	-	-
Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (3)	37.983	87,50	33.235	35.898	(4.269)	604
Springs Brands, LLC (Delaware, EUA) (3)	(2.971)	87,50	(2.599)	(3.185)	2.601	647
Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman) (3)	2.741	87,50	2.399	2.293	-	(13)
Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) (4)	(618)	87,50	(541)	239	(822)	(1.866)

(1) Companhias subsidiárias integrais de Warbird Corporation (Delaware, EUA).

(2) A Companhia aumentou a participação na Espacio LLC, passando de 75,0% para 100,0%, em 10 de abril de 2013.

(3) Companhias subsidiárias integrais de Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA).

(4) Companhia subsidiária integral de Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman).

Investimentos da CSA

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	30.09.2013
Controlada - Coteminas							
Argentina S.A.	75.639	100,00	(1.108)	75.639	83.646	(1.108)	12.579
				=====	=====	=====	=====
Coligada - AMMO Varejo							
Ltda.	152.745	29,33	(32.146)	44.800	-	(1.228)	-
				=====	=====	=====	=====



## 8. IMOBILIZADO E DISPONÍVEL PARA VENDA

### a. Imobilizado

	Taxa (*) %	Consolidado			
		30.09.2014			31.12.2013
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	10,3	68.105	(21.364)	46.741	53.715
Edifícios	2,4	418.999	(159.251)	259.748	273.032
Instalações	5,2	232.844	(136.516)	96.328	101.387
Equipamentos	6,0	1.088.435	(747.754)	340.681	351.385
UHE - Porto Estrela (**)	2,9	37.531	(11.929)	25.602	26.674
Móveis e utensílios	9,4	45.026	(26.664)	18.362	18.274
Veículos	20,0	15.414	(12.985)	2.429	17.351
Computadores e periféricos	19,1	47.113	(42.557)	4.556	4.691
Obras em andamento	-	50.774	-	50.774	53.321
Outros	10,1	110.832	(100.959)	9.873	11.265
		2.115.073	(1.259.979)	855.094	911.095

(\*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(\*\*) Vide nota explicativa nº 19 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista sua rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

Custo:

	31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências para o disponível para venda	Transferências	Variação cambial	30.09.2014
Terrenos e benfeitorias	72.029	3.729	(4.948)	(1.879)	256	(1.082)	68.105
Edifícios	439.630	11	(38)	(22.322)	2.140	(422)	418.999
Instalações	231.963	1.168	(377)	(779)	1.969	(1.100)	232.844
Equipamentos	1.088.473	12.135	(9.370)	(15.161)	14.843	(2.485)	1.088.435
UHE - Porto Estrela	37.528	3	-	-	-	-	37.531
Móveis e utensílios	49.801	2.313	(764)	(6.685)	91	270	45.026
Veículos	40.406	1.059	(1.559)	(24.874)	233	149	15.414
Computadores e periféricos	46.691	1.215	(435)	(1.656)	208	1.090	47.113
Obras em andamento	53.321	19.272	(762)	-	(19.730)	(1.327)	50.774
Outros	107.891	2	(512)	(827)	(10)	4.288	110.832
	2.167.733	40.907	(18.765)	(74.183)	-	(619)	2.115.073

## Depreciação acumulada:

	31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências para o disponível para venda	Transferências	Variação cambial	30.09.2014
Terrenos e benfeitorias	(18.314)	(6.717)	2.301	1.414	(48)	-	(21.364)
Edifícios	(166.598)	(7.531)	16	15.535	48	(721)	(159.251)
Instalações	(130.576)	(7.055)	314	437	-	364	(136.516)
Equipamentos	(737.088)	(33.741)	6.948	15.016	(17)	1.128	(747.754)
UHE - Porto Estrela	(10.854)	(1.075)	-	-	-	-	(11.929)
Móveis e utensílios	(31.527)	(2.065)	495	6.685	4	(256)	(26.664)
Veículos	(23.055)	(1.939)	899	11.267	-	(157)	(12.985)
Computadores e periféricos	(42.000)	(1.536)	416	1.656	13	(1.106)	(42.557)
Outros	(96.626)	(1.189)	313	827	-	(4.284)	(100.959)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(1.256.638)	(62.848)	11.702	52.837	-	(5.032)	(1.259.979)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

### b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$39.929 (R\$58.330 em 31 de dezembro de 2013) foi apresentado como "Imobilizado disponível para venda" no ativo não circulante e, consequentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências imobilizado	Variação cambial	30.09.2014
Custo	460.179	-	(119.697)	75.391	15.650	431.523
Depreciação	(353.243)	-	69.920	(52.837)	(13.307)	(349.467)
Provisão para perda	(48.606)	(3.382)	12.627	(1.208)	(1.558)	(42.127)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	58.330	(3.382)	(37.150)	21.346	785	39.929
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

## 9. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	28.496	27.427
Ágio na aquisição da AMMO (controladora)	27.303	27.303
Marcas	16.307	16.307
Pontos comerciais (luvas)	47.649	48.681
	-----	-----
Total	119.755	119.718
	=====	=====

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2013 foi de três anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,6% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da Companhia referente à aquisição da SRPSA. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	31.12.2013	Baixas no período	Variação cambial	30.09.2014
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	27.427	-	1.069	28.496
Ágio na aquisição da SRPSA	27.303	-	-	27.303
Marcas	16.307	-	-	16.307
Pontos comerciais (luvas)	48.681	(1.032)	-	47.649
	-----	-----	-----	-----
Total	119.718	(1.032)	1.069	119.755
	=====	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

## 10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 foi de R\$23.826 (R\$25.009 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013). A controlada SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 foi de R\$5.006 (R\$2.983 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	30.09.2014
2014 (*)	7.353
2015	25.152
2016	23.789
2017	22.044
2018	21.885

(\*) 3 meses

A partir de 2018, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$206.776.

Para o período de 2014 a 2019, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada SGUS é de R\$47.900.

A controlada SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totalizam R\$14.570 (R\$21.814 em 31 de dezembro 2013), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$135.347 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

## 11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Mercado interno	90.271	95.007
Mercado externo	91.290	98.957
	-----	-----
	181.561	193.964
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 32 dias (32 dias em 31 de dezembro de 2013). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos créditos de compras de matéria-prima (algodão) no valor de R\$52.366 (R\$56.973 em 31 de dezembro de 2013).

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
				30.09.2014	31.12.2013
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	15.207	21.433
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	15.207	21.433
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 7,0	2023	4.364	4.447
Banco Bradesco S.A. (Conta garantida)	R\$	124,0 do CDI	2014	2.171	16.498
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2014	32.177	34.793
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	R\$	116,6 do CDI	2015	26.466	25.171
Banco do Brasil S.A. (NCI)	R\$	108,5 e 113,6 do CDI	2016	271.365	256.804
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	121,0 do CDI	2016	101.291	207.509
Banco Santander S.A.	R\$	TJLP+5,69	2014	-	31.934
Banco Santander S.A.	R\$	114,1 e 123,5 CDI	2016	41.319	-
Banco Votorantim S.A.	R\$	TJLP+3,3	2015	23.929	43.508
Outros	R\$	-	2023	78	98
				-----	-----
				533.574	663.628
Moeda estrangeira:					
Deutsche Bank (Securitização)	US\$ e CAD\$	Libor+2,25	2016	46.460	55.280
Banco Francês	\$ARG	14,4	2014	48	855
Banco Patagonia	\$ARG	15,3 e 27,5	2016	3.640	28.801
				-----	-----
				50.148	84.936
				-----	-----
Total				583.722	748.564
Circulante				(389.828)	(496.976)
				-----	-----
Não circulante				193.894	251.588
				-----	-----

(a) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 2,466% a.a. com swap para aproximadamente 121,0% do CDI com a mesma contraparte.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança da CTNM para os financiamentos denominados "Revitaliza"; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

		2015			2017 a	
	2014	Curto prazo	Longo prazo	2016	2023	Total
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	2.118	6.200	2.067	4.822	-	15.207
BNDES (Revitaliza)	2.118	6.200	2.067	4.822	-	15.207
BNDES (Finame)	193	625	214	855	2.477	4.364
Banco Bradesco S.A. (Conta garantida)	2.171	-	-	-	-	2.171
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	32.177	-	-	-	-	32.177
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	-	26.466	-	-	-	26.466
Banco do Brasil S.A. (NCI)	31.457	199.908	-	40.000	-	271.365
Banco Itaú BBA S.A.	-	34.624	-	66.667	-	101.291
Banco Santander S.A.	11.743	9.766	9.921	9.889	-	41.319
Banco Votorantim S.A.	7.929	16.000	-	-	-	23.929
Outros	37	5	7	2	27	78
	89.943	299.794	14.276	127.057	2.504	533.574
Moeda estrangeira:						
Deutsche Bank (Securitização)	-	-	-	46.460	-	46.460
Banco Francês	48	-	-	-	-	48
Banco Patagonia	43	-	-	3.597	-	3.640
	91	-	-	50.057	-	50.148
	90.034	299.794	14.276	177.114	2.504	583.722

### 13. DEBÊNTURE

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014 a controlada CSA emitiu uma debênture, com as características abaixo, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a Debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Gaia"), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida da controlada CSA representada pela Debênture, acrescido da remuneração da Debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, que são as seguintes:

#### Característica da Debênture

Quantidade de debênture emitida	1
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$270.000.000
Amortização	2 parcelas iguais
Vencimento 1ª parcela	13/06/2016
Vencimento 2ª parcela	13/06/2017
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo subscrita pelo Banco Votorantim.

Em 11 de junho de 2014, foi firmado com a Gaia Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agro Negócio da 1ª Série da 3ª Emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), vinculando a Debenture à emissão dos CRA.

Em 3 e 7 de julho de 2014, foram publicados anúncios de início e encerramento, respectivamente, de distribuição dos CRA, sendo emitidos e subscritos todos os 864 CRA de valor unitário de R\$312,5, perfazendo o total da oferta no valor de R\$270.000, com remuneração e garantias idênticas às da Debenture que lhe dá lastro.

Os recursos ingressaram na companhia na data da subscrição dos CRA. As despesas de emissão da Debenture e de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$7.700, equivalentes a 2,85% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debenture, na proporção de seu saldo devedor.

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada CSA cujo valor de avaliação é superior a 120% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada CSA e sem anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 120% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada CSA comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) durante o ano de 2014; (ii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,10 (quatro inteiros e dez centésimos) durante o ano de 2015; (iii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) durante o ano de 2016; (iv) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (v) razão entre EBITDA Ajustado e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos nos itens (iv) e (v) estão previstos para todo o período do contrato. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Os saldos, em 30 de setembro de 2014, eram assim compostos.

	Valor original atualizado	Encargos antecipados	Saldos em 30.09.2014
Circulante	7.731	(2.550)	5.181
Não circulante	270.000	(4.345)	265.655
	-----	-----	-----
Total	277.731	(6.895)	270.836
	=====	=====	=====

Em 30 de setembro de 2014, todos os índices acima foram atendidos pela controlada CSA.

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado como segue:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	105.830.827	105.830.827
Heartland Industrial Partners, L.P.	8.421.044	8.421.044
Diversos	85.748.129	85.748.129
	-----	-----
	200.000.000	200.000.000
	=====	=====

Todas as ações são ordinárias com direito a voto.

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2013 e 30 de setembro de 2014.

### b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do período, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

### c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

## 15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>A receber</u>		<u>A pagar</u>	
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	-	15.484	2.836
Springs Global US, Inc.	-	67.985	-	-
	-----	-----	-----	-----
	-	67.985	15.484	2.836
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	1.232	-	-	1.085
Companhia Tecidos Santanense	-	-	554	-
Coteminas Argentina S.A.	14	-	-	-
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	71	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	1.317	-	554	1.085
	=====	=====	=====	=====



	Encargos financeiros	
	30.09.2014	30.09.2013
Controladora:		
Coteminas S.A.	(319)	(69)
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	-	3
Springs Global US., Inc.	2.035	2.147
Ammo Varejo Ltda.	-	7
	-----	-----
	1.716	2.088
	=====	=====
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	1.413	(262)
Companhia Tecidos Santanense	(35)	-
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	2	3
Coteminas International Ltd.	(91)	-
	-----	-----
	1.289	(259)
	=====	=====

Os saldos mantidos com partes relacionadas sediadas no Brasil possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais 1,375% a.a. ou 1,9% a.a. em 2014 e 1,375% em 2013).

Os saldos mantidos com a controlada direta SGUS representam contrato de empréstimo com limite de US\$30 milhões, denominado “Revolving loan agreement”, que prevê vencimentos semestrais renováveis até dezembro de 2014. Os encargos são variação cambial mais juros calculados com base na LIBOR de 1 mês mais 3% a.a. Em 31 de agosto de 2014, esses empréstimos foram transferidos para a controlada CSA.

Conforme previsto no acordo de acionistas da Companhia, a controlada SGUS deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.429 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil ao acionista controlador CTNM. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foram provisionados a esse título R\$8.479 (R\$7.912 no mesmo período de 2013), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$4.772 (R\$5.466 em 31 de dezembro de 2013) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, a CSA forneceu produtos intermediários para empresa do grupo, Companhia Tecidos Santanense, no valor de R\$37.440 (R\$20.399 no mesmo período de 2013). As transações são efetuadas a preços de mercado.

A Rossini Administradora de Bens Ltda. e a controlada AMMO firmaram contrato de locação do imóvel onde se situam o parque fabril e os escritórios da controlada AMMO. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foram provisionados R\$2.467 (R\$2.467 no mesmo período de 2013) sob essa rubrica. As avaliações do imóvel e respectivo aluguel foram efetuadas por empresa especializada e estão à preços de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13), convertida na Lei 12.973/14 que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia analisou os potenciais efeitos da lei para conclusão dos impactos, porém, em análise inicial estes impactos não são relevantes.

### a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada CSA sediadas no Brasil, exceto as unidades de Blumenau-SC e Acreúna-GO, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais das unidades fabris desta controlada estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão, até 31 de dezembro de 2016.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 e para o exercício de 2013, não foram obtidos esses incentivos por não ter havido base tributável incentivada.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2014	30.09.2013
Resultado antes dos impostos	(30.197)	(47.936)	(32.077)	(46.806)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	25.764	53.108	-	-
Receitas não tributadas – RTT	-	-	(26.222)	(30.473)
Diferenças permanentes de controlada no exterior	-	-	(1.366)	(1.514)
Outros	-	-	710	(138)
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(4.433)	5.172	(58.955)	(78.931)
Alíquota de 34%	1.507	(1.758)	20.045	26.837
Créditos fiscais não constituídos	(1.507)	528	(18.740)	(29.318)
Outras	967	17	1.172	32
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	967	(1.213)	2.477	(2.449)
	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	967	(1.213)	2.477	(2.449)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia poder vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada CSA, em períodos anteriores, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Em 30 de setembro de 2014, a controlada CSA possuía R\$515.217 em prejuízos fiscais (R\$501.049 em 31 de dezembro de 2013) e R\$520.347 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$505.920 em 31 de dezembro de 2013), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos. Os ativos fiscais reconhecidos por aquela controlada são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas. O imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2013	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 30.09.2014
Ativo:				
Provisões dedutíveis somente quando realizadas:				
Provisões diversas	24.108	(4.413)	427	20.122
Prejuízo fiscal, líquido	24.440	4.413	-	28.853
Créditos fiscais de controlada no exterior	8.235	-	946	9.181
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	56.783	-	1.373	58.156
	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos períodos, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Consolidado 30.09.2014
2015	11.245
2016	12.954
2017	16.524
2018 em diante	17.433
	-----
	58.156
	=====

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	4.682	6.135
Imposto de renda e contribuição social antecipados	7.981	7.224	29.213	16.321
PIS e COFINS a recuperar	-	-	1.920	2.738
IVA – Argentina	-	-	3.949	3.329
VAT – China e México	-	-	1.366	1.160
IPI a recuperar	-	-	25	65
Outros impostos a recuperar	-	-	4.647	4.589
	-----	-----	-----	-----
	7.981	7.224	45.802	34.337
Circulante	(7.981)	(7.224)	(41.528)	(28.488)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	4.274	5.849
	=====	=====	=====	=====

## 17. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$16.261 e R\$363 respectivamente. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Processos fiscais:				
- CPMF	4.317	4.317	4.317	4.317
- INSS	-	-	1.998	1.998
- Outros	-	-	13	13
Trabalhistas	-	-	11.175	8.548
Cíveis e outras	-	-	2.370	3.028
	-----	-----	-----	-----
Total	4.317	4.317	19.873	17.904
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	4.221	4.221	17.112	16.213
	=====	=====	=====	=====

CPMF – A Companhia é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias.

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária e COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	31.12.2013	Adições	Baixas	30.09.2014
Processos fiscais:				
- CPMF	4.317	-	-	4.317
- INSS	1.998	-	-	1.998
- Outros	13	-	-	13
Trabalhistas	8.548	4.218	(1.591)	11.175
Cíveis e outras	3.028	437	(1.095)	2.370
	-----	-----	-----	-----
	17.904	4.655	(2.686)	19.873
	=====	=====	=====	=====

## 18. PLANO DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de setembro de 2014 e 2013:

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	655	693
Custo dos juros	3.583	2.978
Retorno sobre os ativos	(1.559)	(1.264)
Amortização líquida de perda atuarial	1.575	1.894
	-----	-----
Custo líquido do benefício	4.254	4.301
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 50% a 60% em investimentos de renda variável e 40% a 50% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	30.09.2014	31.12.2013
Provisão para plano de pensão	78.363	79.854
Provisão para plano de pensão (múltiplos empregadores) (a)	304	555
Outras provisões de benefícios a funcionários	5.686	7.634
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	84.353	88.043
Circulante (b)	(8.194)	(7.831)
	-----	-----
Não circulante	76.159	80.212
	=====	=====

- (a) Até 30 de dezembro de 2010, a controlada SGUS era uma das empresas patrocinadoras do plano "South Jersey Labor and Management Pension Fund", um plano de pensão de benefício definido de múltiplos empregadores. Em 30 de dezembro de 2010, a controlada SGUS retirou-se do plano. Essa provisão representa o valor estimado a pagar referente à saída do plano.
- (b) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

## 19. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997  
 Prazo de concessão: 35 anos  
 Valor total da concessão: R\$333.310  
 Atualização monetária: IGPM

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	5.116	489.512	797.201
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao exigível a longo prazo, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGPM. Em 30 de setembro de 2014, esse valor representava R\$63.305, sendo R\$16.544 classificados no passivo circulante e R\$46.761 classificados como passivo não circulante (R\$64.605 em 31 de dezembro de 2013, sendo R\$15.973 classificados no passivo circulante e R\$48.632 classificados como passivo não circulante).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de setembro de 2014, somam R\$25.602 (R\$26.674 em 31 de dezembro de 2013) (vide nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da Companhia nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2014		31.12.2013		30.09.2014		31.12.2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>ATIVOS --</b>								
<b>CIRCULANTE:</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	174	174	46	46	150.809	150.809	81.591	81.591
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	1.247	1.247	1.192	1.192
Duplicatas a receber	-	-	-	-	496.679	496.679	513.306	513.306
Outros créditos a receber	987	987	1.016	1.016	19.322	19.322	31.924	31.924
<b>NÃO CIRCULANTE:</b>								
<b>Realizável a longo prazo:</b>								
Partes relacionadas	-	-	67.985	67.985	1.317	1.317	-	-



	Controladora				Consolidado			
	30.09.2014		31.12.2013		30.09.2014		31.12.2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
PASSIVOS --								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (i)	-	-	2.913	2.913	389.828	389.828	496.976	496.976
Debênture	-	-	-	-	5.181	5.181	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	181.561	181.561	193.964	193.964
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	7.496	7.496	9.962	9.962
Outras contas a pagar	-	-	-	-	54.252	54.252	72.686	72.686
NÃO CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (i)	-	-	-	-	193.894	193.894	251.588	251.588
Debênture	-	-	-	-	265.655	265.655	-	-
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	7.074	7.074	11.852	11.852
Partes relacionadas	15.484	15.484	2.836	2.836	554	554	1.085	1.085
Concessões governamentais	-	-	-	-	46.761	46.761	48.632	48.632
Outras obrigações	2.056	2.056	2.056	2.056	24.829	24.829	24.980	24.980

(i) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

Considerando que os vencimentos dos demais instrumentos financeiros são de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente

pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Investimentos	75.639	83.646
Obrigações de controladas	(35.720)	(30.426)
	-----	-----
	39.919	53.220
 Em milhares de Dólares equivalentes	 16.287	 22.718
	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e na controlada CSA:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.902	1.676
Duplicatas a receber	31.575	15.436
Fornecedores	(1.906)	(2.091)
Partes relacionadas (SGUS)	88.303	-
	-----	-----
Total da exposição em Reais	120.874	15.021
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	49.316	6.412
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 30 de setembro de 2014 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2014	Baixa do Dólar	13.289	315	(7.906)	(16.128)
2018	Baixa do Dólar	36.027	36.824	5.543	(25.739)
		-----	-----	-----	-----
		49.316	37.139	(2.363)	(41.867)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e em suas controladas:

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, a Companhia não obteve resultados com esse tipo de derivativo.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, não houve resultado com derivativos desta natureza.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR, TR e a IRP estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 15. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, não houve resultado com derivativos desta natureza.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	Valor do principal R\$ mil	30.09.2014		Saldo contábil a pagar	31.12.2013	
		Juros provisionados	Encargos antecipados		Juros provisionados	Saldo contábil a pagar
Debênture-- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2017	270.000	7.731	(6.895)	270.836	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 108,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: maio/2015	200.000	29.369	(155)	229.214	11.104	211.104
Contrato de empréstimo -- Juros: 113,6% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2016	40.000	2.151	-	42.151	5.700	45.700
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 121,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: agosto/2016	100.000	1.291	-	101.291	7.509	207.509
Contrato de empréstimo -- Juros: 114,1% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2016	30.000	1.238	(347)	30.891	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2016	10.000	585	(157)	10.428	-	-
	650.000	42.365	(7.554)	684.811	24.313	464.313
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2014, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2014	Alta do CDI	692.117	17.397	22.147	26.657
2015	Alta do CDI	679.761	62.001	87.650	106.405
2016	Alta do CDI	309.925	29.270	43.593	52.902
2017	Alta do CDI	138.177	7.735	11.255	13.615
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos (3 meses para 2014 e 12 meses para os anos de 2015 a 2017) e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez--A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Em 30 de setembro de 2014, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Empréstimos e financiamentos	583.722	748.564
Debêntures	270.836	-
Caixa e equivalentes de caixa	(150.809)	(81.591)
Títulos e valores mobiliários	(1.247)	(1.192)
	-----	-----
Total da dívida líquida	702.502	665.781
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.104.882	1.151.963
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.807.384	1.817.744
	=====	=====

## 21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atacado” e “Varejo”. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

A controlada AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

30.09.2014						
	América do Sul			América do Norte	Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Total	Atacado		
Vendas líquidas	875,4	206,0	1.081,4	499,3	(54,9)	1.525,8
Custo dos produtos vendidos	(625,8)	(108,7)	(734,5)	(440,6)	54,9	(1.120,2)
Lucro bruto	249,6	97,3	346,9	58,7	-	405,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(149,4)	(118,1)	(267,5)	(48,5)	(2,8)	(318,8)
Outros	(0,3)	(2,3)	(2,6)	(7,4)	1,3	(8,7)
Resultado operacional	99,9	(23,1)	76,8	2,8	(1,5)	78,1
Resultado financeiro	-	-	-	-	(110,2)	(110,2)
Resultado antes dos impostos	99,9	(23,1)	76,8	2,8	(111,7)	(32,1)
Depreciação e amortização	50,5	9,9	60,4	4,5	-	64,9
30.09.2013						
	América do Sul			América do Norte	Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Total	Atacado		
Vendas líquidas	800,7	179,8	980,5	534,4	-	1.514,9
Custo dos produtos vendidos	(595,1)	(93,2)	(688,3)	(479,3)	-	(1.167,6)
Lucro bruto	205,6	86,6	292,2	55,1	-	347,3
Despesas de vendas, gerais e administrativas (*)	(149,2)	(117,2)	(266,4)	(50,5)	-	(316,9)
Outros	(3,7)	(0,4)	(4,1)	7,1	-	3,0
Resultado operacional	52,7	(31,0)	21,7	11,7	-	33,4
Resultado financeiro	-	-	-	-	(80,2)	(80,2)
Resultado antes dos impostos	52,7	(31,0)	21,7	11,7	(80,2)	(46,8)
Depreciação e amortização	54,5	9,0	63,5	5,4	-	68,9

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	798,0	848,8
Utility bedding	347,7	301,7
Produtos intermediários	174,1	184,6
Varejo	206,0	179,8
	-----	-----
	1.525,8	1.514,9
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	31,0	37,6
Utility bedding	29,4	27,7
Produtos intermediários	22,0	23,7
	-----	-----
	82,4	89,0
	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 30 de setembro de 2014 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

## 22. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(1.009.490)	(1.003.127)
Benefícios a empregados	(308.861)	(283.007)
INSS	(22.207)	(23.560)
Depreciação e amortização	(64.865)	(68.878)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	34.125	(59.400)
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	1.319	12.758
Outros custos e despesas	(69.049)	(59.295)
	-----	-----
Total por natureza	(1.439.028)	(1.484.509)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013
Custo dos produtos vendidos	(1.120.194)	(1.167.656)
Vendas	(221.909)	(222.995)
Gerais e administrativas	(90.562)	(88.241)
Honorários da administração	(6.363)	(5.617)
	-----	-----
Total por função	(1.439.028)	(1.484.509)
	=====	=====



## 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	1.880.418	1.861.052
Deduções das vendas	(354.602)	(346.151)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.525.816	1.514.901
	=====	=====

## 24. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	30.09.2014	30.09.2013
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(29.230)	(49.149)
Número médio ponderado das ações ordinárias:	200.000.000	200.000.000
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):	(0,1462)	(0,2457)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

\* \* \* \* \*